

IRMANDADE DO HOSPITAL "FRANCISCO ROSAS"

**BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.018

CONTEÚDO

- Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2.018 e 2.017
- Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2.018 e 2.017
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2.018 e 2.017
- Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2.018 e 2.017
- Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2.018 e 2.017
- Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2.018

IRMANDADE DO HOSPITAL "FRANCISCO ROSAS"

CNPJ: 54.228.648/0001-49

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.018 E 2.017
(Em reais)

	ATIVO	
	2.018	2.017 "Reclassificado"
CIRCULANTE	20.846.115,35	5.432.174,37
Disponibilidades com restrição	541.471,27	355.460,80
Disponibilidades sem restrição	2.909.042,85	1.553.965,22
Contas a receber	16.956.027,49	3.126.677,93
Crédito com funcionários	15.107,38	20.567,26
Adiantamentos a fornecedores	3.181,80	-
Adiantamentos diversos	2.680,00	633,33
Estoques	391.529,03	351.304,62
Despesas de exercícios seguintes	27.075,53	23.565,21
NÃO CIRCULANTE	9.364.503,57	8.965.001,41
Realizável a Longo Prazo	107.330,88	923.342,38
Contas a receber	41.619,78	41.619,78
Depósitos judiciais	65.711,10	105.123,04
Convênios a Realizar	-	776.599,56
Investimento	20.847,02	20.847,02
Imobilizado	9.234.381,03	8.016.747,69
Intangível	1.944,64	4.064,32
TOTAL DO ATIVO	30.210.618,92	14.397.175,78

IRMANDADE DO HOSPITAL "FRANCISCO ROSAS"

CNPJ: 54.228.648/0001-49

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.018 E 2.017
(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2.018	2.017 "Reclassificado"
CIRCULANTE		
Fornecedores	18.706.530,98	4.919.910,12
Obrigações trabalhistas	618.310,40	592.624,39
Impostos e contrib. sociais a recolher	1.101.269,38	703.320,28
Honorários médicos	381.177,13	409.619,67
Provisões para férias e encargos	498.543,91	466.162,95
Outras contas a pagar	1.118.036,35	1.245.994,05
Convênios a Realizar	30.539,52	28.967,30
	14.958.654,29	1.473.221,48
NÃO CIRCULANTE	5.712.145,79	5.926.189,08
Exigível a Longo Prazo	5.712.145,79	5.926.189,08
Impostos e contrib. sociais a recolher	795.415,37	893.380,49
Receitas Diferidas de Subvenção	4.535.530,42	3.685.009,03
Convênios a Realizar	-	776.599,56
Provisões para contingências	338.000,00	528.000,00
Outras contas a pagar	43.200,00	43.200,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.791.942,15	3.551.076,58
Patrimônio Social	1.474.187,80	548.321,80
Reservas de reavaliação	2.026.888,78	2.026.888,78
Superávit do exercício	2.290.865,57	975.866,00
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30.210.618,92	14.397.175,78

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



IRMANDADE DO HOSPITAL "FRANCISCO ROSAS"

CNPJ: 54.228.648/0001-49

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.018 E 2.017**

(Em reais)

	<u>2.018</u>	<u>2.017</u>
RECEITA BRUTA	22.343.690,23	19.165.372,98
Prestação de serviços	22.343.690,23	19.165.372,98
DEDUÇÕES DA RECEITA	(293.219,82)	(336.974,16)
Glosas concedidas	(293.219,82)	(336.974,16)
RECEITA LÍQUIDA	22.050.470,41	18.828.398,82
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(26.633.197,35)	(24.501.338,90)
DESPESAS OPERACIONAIS	(2.244.800,19)	(1.944.782,54)
Despesas administrativas e gerais	(1.598.215,19)	(1.478.222,24)
Depreciação do exercício	(646.585,00)	(466.560,30)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(493.417,06)	(428.698,61)
Receitas financeiras	140.573,16	129.473,03
Despesas financeiras	(633.990,22)	(558.171,64)
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS)	9.615.775,23	9.022.467,50
DÉFICIT OPERACIONAL	2.294.831,04	976.046,27
RESULTADO BAIXA BENS ATIVO IMOBILIZADO	(3.965,47)	(180,27)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	2.290.865,57	975.866,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



IRMANDADE DO HOSPITAL "FRANCISCO ROSAS"

CNPJ: 54.228.648/0001-49

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.018 E 2.017
(Em reais)

	Patrimônio Social	Reserva de reavaliação	Superávit do exercício	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.016	394.890,68	2.026.888,78	139.250,47	2.561.029,93
Ajuste de exercícios anteriores	14.180,65	-	-	14.180,65
Transferência para patrimônio social	139.250,47	-	(139.250,47)	-
Superávit do exercício	-	-	975.866,00	975.866,00
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.017	548.321,80	2.026.888,78	975.866,00	3.551.076,58
Ajuste de exercícios anteriores	(50.000,00)	-	-	(50.000,00)
Transferência para patrimônio social	975.866,00	-	(975.866,00)	-
Superávit do exercício	-	-	2.290.865,57	2.290.865,57
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.018	1.474.187,80	2.026.888,78	2.290.865,57	5.791.942,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IRMANDADE DO HOSPITAL "FRANCISCO ROSAS"

CNPJ: 54.228.648/0001-49

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.018 E 2.017
(Em reais)

	<u>2.018</u>	<u>2.017</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do período	2.290.865,57	975.866,00
Ajustes por:		
Depreciação	646.585,00	466.560,30
Ajuste de exercício anterior	(50.000,00)	14.180,65
Baixas líquidas do Ativo Imobilizado	(282,70)	180,27
Variação Contas Ativas		
Aumento/(Redução) das Contas a receber	(13.829.349,56)	813.295,25
Aumento/(Redução) dos Cheques a receber	-	11.587,83
Aumento/(Redução) dos Créditos com funcionários	5.459,88	(10.762,70)
Aumento/(Redução) dos Adiantamentos a fornecedores	(3.181,80)	54.586,07
Aumento/(Redução) de Adiantamentos diversos	(2.046,67)	2.311,67
Aumento/(Redução) dos Estoques	(40.224,41)	87.296,13
Aumento/(Redução) Despesas de exercícios seguintes	(3.510,32)	80,04
Aumento/(Redução) Depósitos Judiciais	39.411,94	(87.203,78)
Aumento/(Redução) Convênios a Realizar	776.599,56	(776.599,56)
Variação Contas Passivas		
Aumento/(Redução) Fornecedores	25.686,01	54.038,81
Aumento/(Redução) Obrigações trabalhistas	397.949,10	18.171,28
Aumento/(Redução) Impostos e contrib. sociais a recolher	(126.407,66)	(99.824,71)
Aumento/(Redução) Honorários médicos	32.380,96	(179.488,06)
Aumento/(Redução) Provisões para férias e encargos	(127.957,70)	56.964,49
Aumento/(Redução) Outras contas a pagar	1.572,22	2.530,35
Aumento/(Redução) Receitas diferidas	13.559.354,64	1.615.954,85
Aumento/(Redução) Provisões para contingências	(190.000,00)	(68.500,00)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>3.402.904,06</u>	<u>2.951.225,18</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de Ativo Imobilizado	(1.891.065,96)	(2.889.513,82)
Venda de Ativo Imobilizado	29.250,00	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	<u>(1.861.815,96)</u>	<u>(2.889.513,82)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento/(Redução) do Empréstimos a pagar	-	(21,00)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>-</u>	<u>(21,00)</u>
Aumento/(Diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.541.088,10</u>	<u>61.690,36</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.909.426,02	1.847.735,66
Caixa e equivalente de caixa no final do período	3.450.514,12	1.909.426,02
Aumento/(Diminuição) de caixa e equivalente de caixa	<u>1.541.088,10</u>	<u>61.690,36</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

IRMANDADE DO HOSPITAL "FRANCISCO ROSAS" A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE
PINHAL
CNPJ: 54.228.648/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.018 E 2.017

1 - OPERAÇÕES

A Irmandade do Hospital "Francisco Rosas" A Santa Casa de Misericórdia de Pinhal é uma pessoa jurídica de natureza filantrópica, sem fins lucrativos, fundada em 08 de dezembro de 1.892.

O objetivo da entidade compreende, basicamente: prestar assistência médico-hospitalar aos enfermos e acidentados, sem distinção de raça, cor, credo e religião.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Pronunciamentos do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, incluindo as receitas, despesas, doações e aplicações de recursos. As receitas de subvenções são reconhecidas conforme CPC 07 R1 - Subvenção e Assistência Governamental, que determina que as receitas de subvenções devam ser reconhecidas como receitas nas demonstrações dos resultados nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados às subvenções que são objeto de compensação. Assim, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo, de Receitas Diferidas de Subvenções.

b) Provisão para perdas sobre créditos: Não foi constituída em 2018 considerando que não há perdas prováveis na realização de créditos.

c) Estoques: São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ao valor de mercado.

d) Imobilizado: É demonstrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens.

e) Impostos e contribuições sociais a recolher: Os débitos com o INSS, FGTS e tributos federais não foram atualizados monetariamente e acrescidos das multas de mora até a data do balanço.

f) Provisão de férias e encargos sociais: Demonstrado por valores calculados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, incluído os encargos sociais correspondentes.

g) Contingências passivas: Foi constituída provisão para cobrir eventuais passivos que a entidade possa ter relativos a processos cíveis, trabalhistas e indenizatórios ajuizados contra a irmandade.

h) Demais ativos e passivos: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.



4 – CONTAS A RECEBER

Referem-se a direitos a receber com convênios e contratos relativos à prestação de serviços de assistência médico-hospitalar.

	2.018	2.017
	R\$	R\$
Contas à Receber Mantenedora	120.351,38	102.578,95
Convênios a Receber Mantenedora	1.220.459,54	939.743,20
Convênios Federais a Realizar Mantenedora	1.351.430,00	-
Outros Títulos a Receber Mantenedora	51.785,56	41.220,00
Convênios Municipais a Realizar - HFR	4.555.133,30	255.945,22
Convênios Municipais a Receber - HFR	377.625,29	377.625,29
Convênios Estaduais a Realizar	983.690,99	1.185.376,26
Títulos/Créditos a Receber PACS/E.S.F.:		
Convênios Municipais a Realizar – PACS/E.S.F.	3.449.400,00	-
Títulos/Créditos a Receber Pronto Atendimento:		
Contas a Receber - P.A.	44.378,55	48.310,47
Convênios a Receber - P.A.	80.755,49	82.275,57
Convênios Municipais a Realizar - P.A.	4.619.000,00	-
Convênios Municipais a Receber - P.A.	60.500,00	60.500,00
Créditos Tributários e Previdenciários		
Crédito Trib. Prev. Mantenedora	14.754,38	14.754,38
Crédito Trib. Prev. E.S.F.	8.967,70	639,87
Crédito Trib. Prev. P.A.	17.795,31	17.708,72
	16.956.027,49	3.126.677,93

5 - ESTOQUE

	2.018	2.017
	R\$	R\$
Farmácia	109.714,41	97.335,51
Almoxarifado	238.792,82	253.969,11
Sub Estoque Centro Cirúrgico	42.470,00	-
Empréstimos à Terceiros	612,54	-
Empréstimos de Terceiros	-60,74	-
	391.529,03	351.304,62

6 – INVESTIMENTO / IMOBILIZADO / INTANGÍVEL

	2.018	2.017
	R\$	R\$
Edifícios destinados à renda	20.847,02	20.847,02
Total do Investimento	20.847,02	20.847,02
Edifícios e terrenos	9.485.772,63	7.035.399,21
Máquinas e equipamentos	4.003.438,83	3.471.869,50
Instrumentos médicos	1.269.683,49	1.233.369,49
Veículos	109.491,03	73.500,00
Móveis e utensílios	693.071,09	515.104,35
Equipamentos de processamento de dados	201.714,89	178.972,44
Ferramentas	4.274,85	3.642,31
Construção em andamento	314.667,33	1.822.739,07
Total	16.082.114,14	14.334.596,37

SMB *A* *R* *A.*

(-) Depreciação acumulada	-6.847.733,11	-6.317.848,68
Total do Imobilizado	9.234.381,03	8.016.747,69
Licenças e softwares	10.600,00	10.600,00
(-) Amortização Intangível	-8.655,36	-6.535,68
Total do Intangível	1.944,64	4.064,32
Total Investimento/Imobilizado/Intangível líquido	9.257.172,69	8.041.659,03

Em 31 de dezembro de 2.018 o valor referente à reavaliação de bens do ativo imobilizado é de R\$ 2.026.888,78 (R\$ 2.026.888,78 em 31 de dezembro de 2.017).

7 – RECEITAS DIFERIDAS A REALIZAR

O saldo desta conta (passivo circulante) refere-se às Subvenções que se pretende realizar em curto prazo dos Convênios Municipais, Estaduais e Federais, em face ao atendimento do CPC 07.

	2.018	2.017
	R\$	R\$
Convênios Municipais a Realizar - HFR	4.555.133,30	255.945,22
Conv. Federal a Realizar SICONV Nº 842534/2016	701.430,00	-
Conv. Federal a Realizar SICONV Nº 868233/2018	650.000,00	-
Convênio – Santa Casa Sustentável	983.690,99	1.067.822,98
Convênio DRS 265/2015	-	117.553,28
Outros Créditos a Realizar	-	31.900,00
Convênios Municipais a Realizar - E.S.F	3.449.400,00	-
Convênios Municipais a Realizar - P.A	4.619.000,00	-
	14.958.654,29	1.473.221,48

8 – RECEITAS DIFERIDAS DE SUBVENÇÕES

O saldo desta conta (passivo não circulante) refere-se às Subvenções recebidas que ainda não foram reconhecidas como receitas, em face do atendimento as condições do CPC 07.

	2.018	2.017
	R\$	R\$
Subvenção Estadual – T.A. 04/2010	82.998,29	117.998,29
Subvenção Estadual – T.A. 03/2011	27.333,30	35.333,30
Subvenção Estadual – T.A. 02/2011	64.886,27	84.886,27
Subvenção Estadual – DRS Convênio 1176/2014	201.015,81	232.880,71
Subvenção Estadual – DRS Convênio 0261/2015	887.633,36	997.802,44
Subvenção Estadual – DRS Convênio 0265/2015	694.512,84	582.446,72
Subvenção Estadual – DRS Convênio 0306/2018	481.175,90	-
Subvenção Federal - SICONV Nº 751040/2010	82.690,92	101.773,44
Subvenção Federal - SICONV Nº 804506/2014	217.499,67	247.499,67
Subvenção Federal - SICONV Nº 808044/2014	98.065,83	112.314,03
Subvenção Federal - SICONV Nº 812844/2014	488.331,03	514.132,44
Subvenção Federal - SICONV Nº 815756/2014	488.334,31	512.935,92
Subvenção Federal - SICONV Nº 833182/2016	128.351,02	145.005,80
Subvenção Federal - SICONV Nº 842534/2016	100.818,67	-
Subvenção Federal - SICONV Nº 850712/2017	491.883,20	-
	4.535.530,42	3.685.009,03

9 - SUBVENÇÕES / TERMO DE COLABORAÇÃO

A entidade **realizou** as seguintes subvenções, para fazer face ao custeio e a manutenção das atividades filantrópicas, sob sua responsabilidade, sendo totalmente aplicadas nas mesmas neste exercício.

a) Subvenções Municipais / Termo de Colaboração da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal para o Hospital Francisco Rosas:

	<u>2.018</u> R\$	<u>2.017</u> R\$
Subvenção Municipal – Mantenedora	-	70.000,00
Termo de Colaboração Gerenciamento Leitos SUS	1.081.900,00	770.000,00
	<u>1.081.900,00</u>	<u>840.000,00</u>

b) Subvenções Municipais / Termo de Colaboração da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal para os Plantões de Maternidade e Disponibilidade e Cirurgias Eletivas de Média Complexidade:

	<u>2.018</u> R\$	<u>2.017</u> R\$
Subvenção Municipal – Pl. Disponibilidade	-	145.700,00
Subvenção Municipal – Pl. Maternidade	-	45.000,00
Termo de Colaboração dos Plantões Matern.Disponib.	2.036.400,00	2.071.830,00
Termo de Colaboração Cirurg.Eletivas Média Complex.	45.945,22	7.536,34
	<u>2.082.345,22</u>	<u>2.270.066,34</u>

c) Subvenções Municipais / Termo de Colaboração da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal para o Pronto Atendimento Dr. Ciro Carlos Corsi:

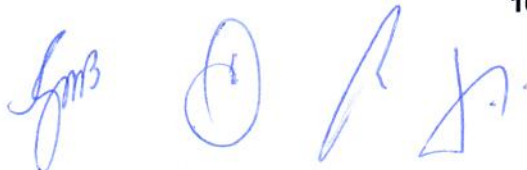
	<u>2.018</u> R\$	<u>2.017</u> R\$
Subvenção Municipal – Pronto Atendimento	-	497.508,59
Termo de Colaboração Gerenciamento Pronto Atend.	4.513.400,00	3.505.800,00
	<u>4.513.400,00</u>	<u>4.003.308,59</u>

d) Subvenções Municipais / Termo de Colaboração da Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal para o PACS/ESF Estratégia Saúde da Família:

	<u>2.018</u> R\$	<u>2.017</u> R\$
Subvenção Municipal – E.S.F.	-	270.981,14
Termo de Colaboração Gestão Adm. Contábil PACS/ESF	3.989.280,00	3.664.830,53
	<u>3.989.280,00</u>	<u>3.935.811,67</u>

e) Subvenções Municipais da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Jardim para o Hospital Francisco Rosas

	<u>2.018</u> R\$	<u>2.017</u> R\$
Subvenção Municipal Prefeitura Santo Antonio do Jardim	108.000,00	153.000,00
	<u>108.000,00</u>	<u>153.000,00</u>



f) Outras Subvenções – Receitas Diferidas

	2.018	2.017
	R\$	R\$
Subvenção Estadual – SIAFEM	49.374,48	20.663,84
Subvenção Estadual – T.A. 04/2010	35.000,00	35.000,00
Subvenção Estadual – T.A. 03/2011	8.000,00	8.000,00
Subvenção Estadual – T.A. 02/2011	20.000,00	20.000,00
Subvenção Estadual – DRS Convênio 1176/2014	31.864,90	31.864,90
Subvenção Estadual – DRS Convênio 0261/2015	100.000,00	12.366,64
Subvenção Estadual – DRS Convênio 0265/2015	4.659,54	0,00
Subvenção Estadual – DRS Convênio 0306/2018	18.824,10	0,00
Subvenção Federal – SICONS 751040/2010	19.082,52	19.082,52
Subvenção Federal - SICONS 804506/2014	30.000,00	30.000,00
Subvenção Federal - SICONS 808044/2014	14.248,20	14.248,20
Subvenção Federal - SICONS 812844/2014	11.667,04	0,00
Subvenção Federal - SICONS 815756/2014	11.665,19	0,00
Subvenção Federal - SICONS 833182/2016	15.000,12	6.648,86
Subvenção Federal - SICONS 850712/2017	757,07	0,00
	370.143,16	197.874,96

10 – ATENDIMENTOS DE CONVÊNIO FIRMADO COM O SUS

No exercício de 2.018, a Entidade efetuou atendimentos decorrentes de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde – SUS, em percentual de 65,18% do total de sua capacidade instalada (67,96% no exercício de 2.017).

11 – ISENÇÕES USUFRUÍDAS

No exercício de 2.018, a entidade gozou da renúncia fiscal relativa às contribuições de INSS, COFINS, Contribuição Social e IRPJ, previstas para Entidades de Fins Filantrópicos, relacionadas à área de saúde.

A isenção da cota patronal do INSS somou um montante de R\$ 3.691.929,97 (três milhões, seiscentos e noventa e um mil, novecentos e vinte e nove reais e noventa e sete centavos).

11.1 – CEBAS (Saúde)

De acordo com a Portaria nº 1.794, de 30 de novembro de 2016 da Secretaria de Atenção à Saúde – Ministério da Saúde à Irmandade do Hospital Francisco Rosas, ficou deferida a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da saúde, pelo período de 14 de maio de 2015 a 13 de maio de 2018.

De acordo com a Portaria nº 116, de 24 de janeiro de 2018 da Secretaria de Atenção à Saúde – Ministério da Saúde à Irmandade do Hospital Francisco Rosas, ficou deferida a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da saúde, pelo período de 14 de maio de 2018 a 13 de maio de 2021.

12 – APLICAÇÕES DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

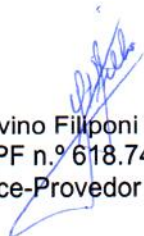


13 – PATRIMÔNIO SOCIAL


O saldo do Patrimônio Social é compreendido pelo Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos superávits, das doações e subvenções patrimoniais recebidas, da realização da reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado e diminuído dos déficits e ajustes ocorridos. O superávit do exercício de 2.018 será incorporado ao Patrimônio Social na data da aprovação do balanço pela Assembleia Geral.




Jaques Pontes Casalecchi
CPF n.º 047.432.338-28
Provedor



Divino Filliponi Filho
CPF n.º 618.741.168-49
Vice-Provedor



Geraldo Magelo Barbosa
Contador
C.R.C. 1SP166213/O-5



Antonio Lazaro Filho
CPF n.º 718.690.188-34
Tesoureiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Irmandade do Hospital “ Francisco Rosas “ A Santa Casa de Misericórdia de Pinhal, tendo examinado as contas e documentos referentes ao Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados do Exercício de 2018 reconhecem a exatidão dos valores apresentados.

Espírito Santo do Pinhal, 31 de Janeiro de 2019.


Elias dos Reis Elias


João Batista Rozon


José Geraldo Fernandes Tito

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da **IRMANDADE DO HOSPITAL “FRANCISCO ROSAS” A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PINHAL.**

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da IRMANDADE DO HOSPITAL “FRANCISCO ROSAS” A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PINHAL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IRMANDADE DO HOSPITAL “FRANCISCO ROSAS” A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PINHAL, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A entidade não contabilizou os encargos financeiros dos débitos com os parcelamentos do FGTS, INSS e tributos federais até 31 de dezembro de 2018, no montante aproximado de R\$ 4.018.233,09. Consequentemente, nesta data, o patrimônio líquido está superavaliado pelo montante do valor referido acima não contabilizado e o resultado do exercício superavaliado pelo montante estimado de R\$ 146.257,09 das despesas não contabilizadas do exercício corrente.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados, cujo Relatório dos Auditores Independentes foi emitido em 22 de fevereiro de 2018, com ressalva pela não contabilização dos encargos financeiros relativo aos débitos dos parcelamentos de FGTS, INSS e tributos federais.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da IRMANDADE DO HOSPITAL "FRANCISCO ROSAS" A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PINHAL é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as

divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Piracicaba - SP, 25 de fevereiro de 2019.

Moda Auditores Independentes S/S.
CRC n.º 2SP021705/O-8
CVM n.º 8990



Luis Antonio Moda
Contador CRC n.º 1SP143555/O-0